

SEMINÁRIO PERMANENTE DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÔNIA

CHAM

11 de Novembro, 18h00 — 20h00

Colégio Almada Negreiros (CAN), Sala SE1

FÉ, JUSTIÇA E LIBERDADE:

o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Amazônia portuguesa (século XVIII)

André Luís Bezerra Ferreira

Doutorando em História Social da Universidade Federal do Pará.

Membro do Grupo de Pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GP HINDIA/UFGA).

Membro do Grupo de Pesquisa Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização (UFGA/CNPQ).

E-mail: andre Luis_bf@yahoo.com.br

Resumo:

A presente palestra tem como objetivo analisar a atuação do tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Amazônia portuguesa durante o século XVIII. Para tanto, busco compreender como a implantação do referido órgão, em 1681, no norte da América portuguesa, fez parte das estratégias políticas da Coroa lusitana no processo de expansão de suas conquistas naquela região. Isto porque, a Junta das Missões foi de suma importância, não somente para a atividade missionária, cujo intuito era a conversão dos índios em cristãos e vassalos do rei, mas também para as metas econômicas, pois constituiu o principal órgão deliberativo acerca das formas legais – resgates, descimentos e guerras justas – de arrematação da tão necessária mão de obra indígena. O tribunal em estudo se configurou como uma interface administrativa

de constante debate entre os diversos agentes coloniais. Composto por representantes da Coroa, das ordens religiosas e da autoridade eclesiástica secular (o bispo), o órgão corroborou a legitimação da expansão portuguesa por meio da propagação da fé e, mais concretamente, a aplicação da justiça referente à (i)legalidade dos cativeiros e, sobretudo, das liberdades dos índios do Maranhão.

Palavras-chave: Colonização, Maranhão, Junta das Missões, Índios, Liberdade.

Apresentação:

Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST – UFPA). Mestre em História Social PPHIST-UFPA (2017). Graduado em Licenciatura em Ciências Humanas (2014) pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, realiza estágio nacional de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais no Programa de Pós Graduação em História. É membro do Grupo de Pesquisa História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GP HINDIA/UFPA) e do Grupo de Pesquisa Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização (UFMG/CNPQ). Dedicar suas pesquisas as temáticas sobre a escravidão e liberdade dos índios e mestiços na Amazônia portuguesa.

SEMINÁRIO PERMANENTE DE ESTUDOS SOBRE A AMAZÓNIA

CHAM

11 de Novembro, 18h00 — 20h00

Colégio Almada Negreiros (CAN), Sala SE1

DIÁLOGOS ENTRE HISTORIADORES, DOCUMENTOS E IDENTIDADES: REINTERPRETAR A PRESENÇA INDÍGENA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Ângela Domingues

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Resumo:

A Amazónia é uma região que está na agenda internacional por questões tão diversas como o ambiente, a prevenção de catástrofes climáticas e ambientais, a conservação de espécies naturais. Mas outros assuntos, como é o caso das grandes viagens de exploração, continuam a ser temas aliciantes hoje, tal como eram outrora. A História e os documentos produzidos desde o período colonial, juntamente com outras ciências sociais e naturais, podem ser fundamentais para nos ajudar a entender a importância que estas viagens tiveram para o conhecimento do território amazónico e das populações que o habitavam.

Apresentação:

Ângela Domingues é investigadora auxiliar com habilitação do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora associada do CHAM- FCSH da UNL e do Núcleo Companhia das Índias da UFF. Foi professora convidada na Universidade Federal do Pará (professora visitante sénior CAPES), na Universidade Pablo de Olavide - Sevilha e na Universidade Autónoma de Lisboa. Os seus temas de investigação centram-se nas relações de poder entre a sociedade colonial luso-brasileira e os indígenas e nas viagens de exploração científica à América portuguesa durante os séculos. XVIII-XIX.